

Governos neoliberais: retrocesso nas leis trabalhistas



Por Maria Josefina Arce

Com a chegada ao poder de governos neoliberais, a América Latina recuou quanto aos direitos dos trabalhadores. Em 2017, pelo terceiro ano consecutivo, o desemprego cresceu na região atingindo 8,4 por cento.

Um relatório da OIT – Organização Internacional do Trabalho – detalha que a média foi influenciada pela situação no Brasil, onde se acha perto de 40 por cento da força de trabalho da região, e a taxa de desemprego se situa em 13,1 por cento.

Levemos em conta que cinco meses depois de aplicada a reforma trabalhista do presidente Michel Temer no Brasil, disparou o número de desempregados que acabaram aumentando o bolsão de pobres.

Em janeiro passado, o total de trabalhadores com contrato formal foi de 33 milhões, ou seja, 1,7 por cento menos que um ano atrás, o que representou uma perda de 562.000 empregos formais.

A polêmica reforma trabalhista representou um recuo nos direitos dos trabalhadores conquistados durante décadas e consagrados na Constituição, denunciaram centrais sindicais brasileiras.

O governo de Maurício Macri, na Argentina, também está preparando mudanças no âmbito trabalhista, vistas como atentado contra os trabalhadores.

A proposta governamental evidencia vastos benefícios para os empresários que poderão contratar e dispensar o pessoal sem nenhum inconveniente se a reforma for aprovada.

Para os dirigentes sindicais “ são muito mais do que modificações às leis trabalhistas. Se pretende fixar as bases de uma mudança de paradigma nas relações trabalhistas que endurece a ofensiva ininterrupta do capital sobre o trabalho.

A isto se soma o aumento do número de desempregados nos dois anos de governo de Macri na Argentina.

Além do desemprego em sentido geral, há outros aspectos que devem ser levados em conta na hora de analisar a piora da situação da classe operária em algumas nações latino-americanas. Estamos falando concretamente no comportamento do índice de desemprego entre os jovens, a persistente desigualdade de gênero e os temas relativos à qualidade do emprego que contribuem para perpetuar a informalidade.

A Organização Internacional do Trabalho explica que a taxa de desemprego juvenil subiu de 18,9 por cento para 19,5 por cento em 2017, o que significa que um de cinco jovens economicamente ativos não consegue emprego. Estima-se que esta situação afeta uns 10 milhões de jovens.

Em nações como Bolívia, Cuba, Venezuela e Nicarágua os trabalhadores mantêm seus direitos e, inclusive, são adotadas ações encaminhadas a favorecer este segmento populacional e outros da sociedade, porém fora as nações, o panorama geral na América Latina é sombrio.

<https://www.radiohc.cu/index.php/pt/especiales/comentarios/161295-governos-neoliberais-retrocesso-nas-leis-trabalhistas>



Radio Habana Cuba